

CADERNO DIDÁTICO

INTRODUÇÃO À PRÁXIS PEDAGÓGICA MEDIANTE FUNDAMENTOS
TEÓRICO-METODOLÓGICOS, TÉCNICO-OPERACIONAIS E ÉTICO-
POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



AILTON BATISTA DE ALBUQUERQUE JUNIOR
EDITE BATISTA DE ALBUQUERQUE

**CADERNO DIDÁTICO DE INTRODUÇÃO À PRÁXIS PEDAGÓGICA
MEDIANTE FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, TÉCNICO-
OPERACIONAIS E ÉTICO-POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**



AILTON BATISTA DE ALBUQUERQUE JUNIOR
EDITE BATISTA DE ALBUQUERQUE

**CADERNO DIDÁTICO DE INTRODUÇÃO À PRÁXIS PEDAGÓGICA
MEDIANTE FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, TÉCNICO-
OPERACIONAIS E ÉTICO-POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

1ª Edição

Quipá Editora
2022

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical, são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Dra. Anny Kariny Feitosa, Instituto Federal do Ceará
Me. Antoniele Silvana de Melo Souza, Secretaria de Educação de Pernambuco
Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri
Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A345c Albuquerque Junior, Ailton Batista de
Caderno didático de introdução à práxis pedagógica mediante fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e ético-políticos da educação de jovens e adultos / Ailton Batista de Albuquerque Junior e Edite Batista de Albuquerque. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2022.
25 p.: il.

ISBN 978-65-5376-062-2

DOI 10.36599/qped-ed1.168

1. Educação de jovens e adultos. 2. Inclusão social. 3. Caderno didático. I. Albuquerque, Edite Batista de. II. Título.

CDD 374

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em julho de 2022.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
APRESENTAÇÃO	
CAPÍTULO 1	07
DEMARCAÇÕES INTRODUTIVAS	
CAPÍTULO 2	09
LACÔNICO PERCURSO METODOLÓGICO	
CAPÍTULO 3	10
DESDOBRAMENTOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO EJA	
CAPÍTULO 4	16
TECITURAS E DESAFIOS DA EJA	
CAPÍTULO 5	20
À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	22
POSFÁCIO	23
SOBRE OS AUTORES	24

PREFÁCIO

No Brasil, a Educação de jovens e adultos (EJA) teve sua origem em 1549 com os jesuítas sofrendo vicissitudes por meio de avanços e retrocessos que reverberam no formato atual. Vale enfatizar que a EJA nunca foi tratada como prioridade, sempre invisibilizada e deixada à margem do esquecimento nas agendas políticas do nosso país. Assim, essa modalidade só vem ganhar maior destaque no século XX, à face do desenfreado analfabetismo que assolava a população frente às demandas de empregabilidade no contexto do crescimento urbano e desenvolvimento industrial.

Nesses termos, o presente Caderno Didático **INTRODUÇÃO À PRÁXIS PEDAGÓGICA MEDIANTE FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, TÉCNICO-OPERACIONAIS E ÉTICO-POLÍTICOS DE EJA**, compõe um arsenal de saberes para dar suporte a um conjunto de conhecimentos concernentes ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Instituto de Educação Superior e Profissional (PRIMUS), de Itapipoca/CE. Nesse prisma, tem como objetivo discorrer sobre uma breve genealogia da política pública da educação de jovens e adultos na realidade brasileira frente às demandas econômico político-culturais. Portanto, no tocante ao percurso metodológico fará uso de abordagem qualitativa com fulcro nos procedimentos técnicos de uma pesquisa bibliográfica com aporte descritivo.

Logo, depreende-se que desde a origem da EJA no Brasil, suas maiores ações não focalizavam na preocupação de alfabetizar a população de jovens e adultos e tampouco ampliar o acesso à educação formal. Aduzimos que a caminhada da EJA sofreu inúmeras vicissitudes com um leque de desdobramentos que nortearam a sua práxis, mesmo em uma seara de limitações percorridas pelo jovem e pelo adulto, não somente no objeto educacional do ensino, mas atravessadas por trajetórias sociais, de vidas, de trabalho, de superação. Nesse ínterim, o perfil do aluno da EJA é consubstanciado por essa amálgama de aspectos que se interrelacionam, impresso pela exclusão, pela sua diversidade histórica, cultural e social.

Ivanilza Abreu Nascimento
Mestre em Educação (UAB)

APRESENTAÇÃO

Este material tem como objetivo realizar a contextualização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, incutindo reflexões acerca do processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos na perspectiva da emancipação e da inclusão social. Destarte, ao longo destas páginas, traçaremos uma abordagem sistematizada com foco nos referenciais teóricos que deslindam perspectivas políticas e ideológicas dos diversos autores da área, por intermédio de reflexões críticas no tocante a este fazer pedagógico.

Apontamos que os conteúdos elencados nesse Caderno Didático, não se esgotam nessa travessia, ao contrário traz instigações para pesquisas posteriores, visando ao aprimoramento da formação intelectual, política, pedagógica e profissional dos educandos da educação superior.

Este Caderno Pedagógico foi construído com a pretensão de dialogar com a Disciplina de Fundamentos de Educação de Jovens e Adultos, estando organizado em 5 tópicos de estudo, correspondendo a 40 horas-aula. Nesse prisma, para cada capítulo recomendamos a leitura de outros textos, buscando esmiuçar o presente estado da arte, despertando a curiosidade e o espírito investigativo dos estudantes.

Sumariamente, a partir dos achados acadêmicos deste material de pesquisa, inferimos que a EJA, historicamente, sempre esteve inserida nas políticas de governo sem grandes êxitos, em virtude nos pífios investimentos nessas políticas públicas.

Rachel Figueiredo Viana Martins Lima
Mestre em Avaliação em Políticas Públicas (MAPP/UFC)

CAPÍTULO 1

DEMARCAÇÕES INTRODUTIVAS

Contemporaneamente, devido às novas demandas sociais e econômicas, tanto o professor quanto o discente, veem-se diante da necessidade de se manterem atualizados e ter uma constante busca pelo aprendizado, e com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é diferente. Logo, insta-nos lembrarmos que também há uma evolução das práticas pedagógicas, devendo o sistema educacional acompanhar as mudanças. Assim, o estudo terá como objetivo discutir sobre formação de professores na EJA para a diversidade de sujeitos, a partir do percurso metodológico embasado na pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental.

Com efeito, este material teórico traz a seguinte questão norteadora: quais são os desafios concernentes à EJA no Brasil? Dessarte, apontamos que os educandos da EJA possuem particularidades em relação aos alunos regulares, havendo a necessidade de um olhar especial em relação às metodologias aplicadas em cada componente curricular, bem como estratégias eficientes para trabalhar o conteúdo partindo das experiências individuais e coletivas.

A problemática da alfabetização no Brasil é ainda muito grande. Existem no país milhões de pessoas analfabetas e um número muito grande de indivíduos que passaram pela escola e aprenderam apenas a decodificar a língua, não obtendo o letramento, isto é, o êxito no processo de interpretação daquilo que tentou decifrar, são os chamados analfabetos funcionais. Eles podem ler sintática e morfológicamente, mas não conseguem compreender semanticamente os objetos de ensino. Isto posto, o analfabetismo funcional pode gerar limitações sócio intelectuais em descomunal parte da população, acarretando obstáculos no desenvolvimento educacional brasileiro. Para dar conta desses revezes, trazemos à baila, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tipificando-a como uma modalidade de educação que procura saldar uma dívida social com os sujeitos que não estudaram na idade própria. Nesse foco, demarcamos que a historicidade da EJA em contexto brasileiro, insere-se em meio à sua desvalorização e à indiferença do Poder Público.

À rigor, esta especificidade educacional se destina aos indivíduos fora de faixa etária para o nível de terminalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo que essa defasagem educacional reforça a exclusão social, privando a população do direito de

participar dos bens sociais e culturais, de integrar-se à vida produtiva e do exercício da cidadania. Logo, cabe ao Poder Público oferecer, oportunidades educacionais apropriadas, de forma gratuita, aos adolescentes, jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, considerando as características dos educandos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, por meio de cursos e exame (BRASIL, 1996).

A EJA desponta na história da educação brasileira a partir da premissa de atendimento às pessoas da classe trabalhadora que na época eram vistas como disfuncionais frente às demandas de desenvolvimento econômico, buscando a preparação e qualificação de mão de obra para o emergente mercado de trabalho (CASTRO, 2020). Por isso, a secundarização desta modalidade, que era invisibilizada frente às medidas relevantes nas políticas públicas educacionais.

Demarcamos a relevância do estudo deste estado da arte, em virtude da necessidade de se conhecer as problemáticas específicas que impedem o usufruto do direito à educação de qualidade, propondo assim intervenções ligadas às políticas públicas, buscando dirimir quaisquer impasses desse artefato.

Nosso arsenal teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político está embasado no contemporâneo ordenamento jurídico brasileiro, vislumbrando as vias analíticas de Bonfim e Rummert (2020); Castro (2020); O'donnell (2010); Freire (1987); Gil (2017); Lakatos e Marconi (2021); Luz e Machado (2019); Minayo, Deslandes e Gomes (2016); Silva (2015); Santos (2015) e Ribeiro e Guimarães (2021). Nesses termos, seguiremos apresentando cada tópico a ser esmiuçado em cada encontro com os estudantes da disciplina de Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do curso de Licenciatura em Pedagogia, da PRIMUS.

CAPÍTULO 2

LACÔNICO PERCURSO METODOLÓGICO

Quanto aos objetivos, esta pesquisa será exploratória porque pretende proporcionar maior aprofundamento e familiaridade com debates sobre políticas públicas educacionais frente ao neoliberalismo. Nesse eixo, esta modalidade investigativa se configura como uma perspectiva preliminar que buscará um aprofundamento nesta realidade que se pretende conhecer. Nessa óptica, tentaremos desvelar como a variável de estudo apresenta-se por meio de suas nuances, significados e contextos (GIL, 2017).

No tocante à abordagem, aplicaremos uma pesquisa qualitativa, consubstanciando teoria, método e criatividade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016), debruçando sobre conteúdos, conhecimentos e saberes diversos, por meio de aprofundamento em produções que consideram uma perspectiva menos numérica, hajavista que em consonância com Lakatos e Marconi (2021) há um maior interesse pelo processo, em detrimento de uma concepção que reduza o fenômeno ao produto.

Em relação aos procedimentos técnicos, serviu-se uma pesquisa bibliográfica, uma vez que trouxe contribuição para o seu arsenal teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político, (GIL, 2017), analisando e discutindo conhecimentos já produzidos a respeito de políticas públicas educacionais frente ao neoliberalismo.

CAPÍTULO 3

DESDOBRAMENTOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO DA EJA

À rigor, tudo está em constante transformação, visto que novas pesquisas e várias descobertas empurram-nos para uma frenética busca pelo saber, e é exatamente para suprir essas demandas que os cursos de formação continuada estão em alta, acarretando o processo de atualização de novos saberes. Grosso modo, a formação continuada vai além da atualização profissional, oportunizando a construção de uma outra visão e construção da prática docente e de uma escola para todos com diversidade, qualidade e efetivação da cidadania.

Partimos do pressuposto de que a defesa incessante da EJA reverbera na garantia de cidadania aos usuários do sistema educativo. Portanto, contemporaneamente, é perceptível que por falta de políticas públicas de valorização da EJA, o desgoverno, por meio de constantes investidas no desmonte à educação, tem reduzido a visibilidade desta modalidade de ensino em diversos estados do Brasil. Dessa forma, logo no início do seu mandato, Bolsonaro dissolveu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC).

Percebamos o quanto isso é grave, pois o desmanche da SECADI visa tornar invisível não apenas os sujeitos que compõem a EJA, como também outros segmentos como a Educação do Campo e a Educação nas Prisões (que compõem a EJA). Não podemos corroborar com essa política de exclusão. Logo, devemos traçar estratégias em nossa práxis educativa, que tragam esses sujeitos para o centro da sociedade, de forma que possam atuar ativa e livremente, sem nenhuma violência simbólica acerca de suas singularidades.

É firme que o docente tem como desafio estar em constante aprendizado, pois faz parte da profissão a mutabilidade e as vicissitudes que a sala de aula oferece, tendo a oportunidade de refletir sobre as mudanças e de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Então, é incumbência do educador propor-se ao processo educacional continuado, capacitando-se, nos mais variados ramos da educação, inobstante muitas vezes falte estrutura psicológica, financeira e incentivo por parte das instituições.

O processo educacional na Educação de Jovens e Adultos é um caminho longo e complexo em que os indivíduos envolvidos são heterogêneos com suas especificidades e diversas naturezas de conhecimento. Portanto, estão sempre buscando uma escola que

oportunize a eles fazerem parte do processo, sendo acolhidos e valorizados nos seus saberes e necessidades na diversidade e inclusão.

No tocante ao contexto histórico da educação no Brasil, este se desvela no sentido de que, há muito tempo, nenhuma providência foi tomada acerca da diversidade e inclusão, pois esses aspectos eram deixados de lado e as escolas que mantinham alunos matriculados não tomavam decisões que pudessem resultar em um bom trabalho, favorecendo a exclusão desses alunos. De acordo com a LDB nº 9394/96, referente à Educação de Jovens e Adultos, no Art. 37.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Os estudos sobre diversidade e inclusão mostram sua relevância para todos os sujeitos no processo educacional, portanto, a práxis pedagógica deve rever significados, transformar as capacidades e favorecer a cooperação, além de estar atenta ao cotidiano escolar. Nessa trajetória, cabe à instituição educacional formar seus educandos despertando-os para viverem e se relacionarem bem com as diferenças, bem como prepará-los para que se tornem cidadãos autênticos, capazes de viverem e transformarem a sociedade à qual estão inseridos (BONFIM; RUMMERT, 2020).

Quando se fala na insatisfação e no despreparo do professor para trabalhar na perspectiva da diversidade, leva-se em conta que pouco se faz, na realidade quando se tem o entendimento de que a formação inicial do professor é que, muitas vezes, é deficiente e precisa ser mudada. À vista disso, quando o professor e demais atores educacionais querem mudanças, eles mesmos se cobram e se inquietam ao ponto de entenderem sobre a importância de estarem em constante reflexão e crítica em relação aos seus saberes pedagógicos e, assim, compreender e atender aos alunos, favorecendo a diversidade e cidadania, melhorando a qualidade da educação

Desde o Brasil Colônia, a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) já vinha sendo praticada pelos padres jesuítas com os indígenas. Com o advento do processo de industrialização e urbanização, emergiu a necessidade de formação técnica para os trabalhadores, exigindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com os maquinários industriais, deste modo satisfazendo as classes dirigentes. Logo, foi a partir

dos anos 1940, com o governo Vargas, que a EJA formou-se como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira, mostrando-se como sistema apto a evoluir, uma vez que sua política educacional nasceu em contexto industrial *pari passu* que crescia o número de defasagem educacional.

Porquanto, somente com a Constituição Federal de 1988 a EJA detém força expressiva nas políticas educacionais, garantindo os direitos de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, além de outros princípios educacionais (BRASIL, 1988). À rigor, esta categoria educacional caracteriza-se socialmente por proporcionar o acesso à alfabetização e letramento a milhões de jovens e adultos brasileiros, que por circunstâncias próprias ou alheias não puderam concluir sua escolarização na fase correta.

Com a Constituição de 1934 organizou-se a constituição de um Plano Nacional de Educação, que pela primeira vez fazia menção à educação de adultos como obrigação do Poder Público, que incluía a oferta do ensino primário gratuito com frequência obrigatória (SANTOS, 2015). Essa mesma autora segue afirmando que durante a década de 1940 ocorreram iniciativas político-pedagógicas, no sentido de ampliar a educação de jovens e adultos, quais sejam: regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que em 1942 dispôs sobre fundos e convênios para a escolaridade primária; a gênese da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), que em 1944 trouxe investigações acadêmico-científicas sobre aquele objeto de estudo; o aparecimento dos primeiros estudos dedicados ao ensino supletivo; a abertura da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, entre outros conjuntos de iniciativas, permitindo à educação de adultos o firmamento com a questão nacional (*Ibid.*)

Pelas vias analíticas de Capucho (2016), foram nas décadas de 1950 e 1960, que a EJA conquistou maior espaço no cenário educacional, atravessada pelas premissas da educação popular de Paulo Freire, cujo objetivo era reformar as estruturas sociais injustas, excludentes e antidemocráticas. Portanto, educação freiriana pretende primeiramente vencer o analfabetismo político para simultaneamente fazer uma leitura do mundo engendrada em sua experiência, cultura e historicidade, despertando o oprimido a libertar-se dessa condição precária (FREIRE, 1987).

Logo, em 1950 realizou-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcando um novo layout nas tecituras sobre a educação de adultos. Portanto, os adeptos desse evento sustentavam a insuficiência da simples ação alfabetizadora, visto

que acreditavam na necessidade de uma educação que pudesse significar e realizar alterações em suas condições de vida.

Na verdade, em 21 de janeiro de 1964, ao tentar realizar a coordenação dos movimentos de educação de alfabetização de jovens, gesta-se o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), com a pretensão de instalar naquele contexto, mais de 60 mil círculos de cultura, objetivando alfabetizar 1.834.200 demandantes, visando atender pelo menos 8,9% da população desprovida de alfabetização (da faixa etária 15 a 45 anos), visto que naquela época só era permitida a votação para os alfabetizados. Por conseguinte, esses círculos seriam implantados, progressivamente, em quatro etapas sucessivas em todas as unidades federativas. Apesar de que nesse mesmo ano, com a instauração do golpe militar, foram reprimidos os programas de alfabetização que sustentavam a defesa de uma cultura popular. Contudo, o Movimento de Educação de Bases (MEB) não foi extinto devido sua ligação à igreja católica e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Inobstante, em 1966 a maioria do sistema encerrou suas atividades, em razão de epopeias pressões e escassez de recursos financeiros.

Grosso modo, as reformas que sucederam o golpe, possuíam nitidamente a intenção de qualificar capital humano para as demandas do mercado de trabalho, estimulando o consumismo e o descontrole acerca da produção intelectual, cultural e artística. A despeito disso, na década de 1970, a educação após vicissitudes perdeu sua função na formação dos sujeitos para o mercado de trabalho, transformando-se no condão para a diminuição das desigualdades sociais.

Criou-se em 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), objetivando erradicar o analfabetismo em 10 anos. Após esse período, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que 25,5% dos indivíduos com mais de 15 anos ainda eram analfabetos. Dessarte, o programa sofreu vicissitudes em seus objetivos ao ampliar sua área de atuação para a educação comunitária e de crianças.

Ao fixar as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 normatizou o ensino supletivo com finalidades compensatórias, visando atender às demandas do mercado de trabalho, que exigia trabalhadores qualificados e certificados a exercer o labor naquele contexto social. Nessa acepção, o ensino supletivo configura-se como marco histórico na educação de jovens e adultos à brasileira, visto que foi desde essa legislação que emergiram os Centros de Estudos Supletivos em todo o país, propondo-se ser um modelo de educação do futuro, ao atender aos anseios de uma sociedade em processo de modernização.

Em limiar de 1980, a sociedade brasileira presenciou significativas transformações sócio-políticas com a extinção dos governos militares e a ressurreição do processo de democratização. Daí o ano de 1985 marcou o aniquilamento do Mobral, substituindo-o pela Fundação Educar.

É com o encabeçamento da Constituição da República de 1988, que emergem as mais expressivas políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, assegurando a todos os indivíduos o direito à educação, inclusive, em seu artigo 208 confere ao Poder Público a obrigatoriedade em oferecer o ensino fundamental gratuito, assegurando-o, também a todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Desde a LDB 9.394/96, a EJA é tipificada como ramo destinado ao segmento, que na idade própria, não teve acesso e oportunidades de estudos no ensino fundamental e médio. Logo, essa definição delinea o potencial inclusivo e compensatório que essa modalidade pode proporcionar.

A Emenda Constitucional (EC) Nº 14/1996, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), como um instrumento da reforma educacional. Naquela gestão, sob o contexto do governo Fernando Henrique Cardoso, propunha-se erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental num prazo de dez anos. Não obstante, os recursos para a EJA foram retidos, devido ao veto presidencial que excluía as matrículas da EJA que poderiam fazer jus aos recursos do Fundef, ação que para alguns aparentou inconstitucional, posto que ao desconsiderar as matrículas da EJA no repasse de verbas, o Fundef marginalizou a educação oferecida à população de jovens e adultos, com um completo descaso para essa modalidade de ensino, negligências que indicam a desvalorização histórica que percorreu esse formato como política pública educacional.

A Lei nº 11.1494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) passou a incluir em seu orçamento todas as etapas e modalidades que compõem a educação básica, favorecendo a EJA (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2021). Dessarte, a inclusão trouxe a garantia de recursos para os municípios ou estados que tivessem dispostos a cumprir com suas obrigações de manter ou abrir novos cursos de EJA em todo o país. Porém, esse segmento educacional ainda sofreu distorções orçamentárias, haja vista o desigual financiamento, pois limitou em 15% o valor para essa modalidade, um valor baixo e excludente ao comparar com outros formatos de ensino.

Com a implementação do FUNDEB, aumentaram os recursos para as áreas de educação básica como Educação de indígenas, quilombolas, educação especial, educação de jovens e adultos e Ensino Médio profissionalizante e educação dos anos iniciais do 1º a 8º série das zonas rurais e urbanas. Destarte, indeclinavelmente, a destinação de recursos públicos deste fundo representou um avanço significativo, tendo em vista que o Estado reforça sua presença nesta área. Entretanto, aduzimos que o controle social é muito importante nesta seara, tendo em vista que os recursos ainda não são suficientes para uma educação de qualidade e equitativa, e também sendo necessárias novas formas de financiamento para melhorias e avanços na educação de jovens e adultos (BONFIM; RUMMERT, 2020).

Indubitavelmente, a EJA ainda é bastante inviabilizada, pois não lhe é dada a devida atenção, crescendo nos gráficos o número de evasão e desistência de alunos que compunham esse gênero pedagógico. Neste significado, seria de suma importância que fossem desenvolvidas ações que integrassem as redes institucionais, as quais dialogassem com os reais problemas que dificultam o acesso, o ingresso, a permanência e o bom resultado escolar dos trabalhadores, uma vez que problemas dentro e fora das escolas, devem ser levados em consideração. Conseqüentemente, aferimos que diversos fenômenos podem interferir no processo qualitativo e quantitativo da aquisição de saberes, a saber: a ausência de transporte escolar; escassez ou alimentação inadequada; material didático incoerente e descontextualizado; além de idades e a realidades heterogêneas desses sujeitos.

CAPÍTULO 4

TECITURAS E DESAFIOS DA EJA

Desde quando foi criada a modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA), os educadores sofrem com inúmeras dificuldades para lidar com a diversidade, são desafios diários para que sua prática seja desenvolvida satisfatoriamente. Deste modo, as questões como falta de materiais didáticos específicos e a rigidez das instituições educacionais, muitas vezes colaboram para o aumento desses revezes, já que o professor da EJA esbarra em situações adversas, tais como: a evasão escolar por falta de motivação do aluno, por falta de disponibilidade de permanecer frequentando a escola já que para este aluno em primeiro lugar vem o emprego de onde provém o seu sustento.

É fato, que alunos da EJA quando chegam até a sala de aula, trazem muitas expectativas, mormente a pressa em aprender. Conseqüentemente, quando um educador propõe-se a ministrar aulas para a EJA, deve ter em mente que a diversidade cultural; a diferença de idade entre os alunos; o cansaço laboral; o fato desses alunos muitas vezes sentirem-se fracassados e incapazes; as dificuldades de ler e compreender os códigos, além de interpretar o que conseguem ler, isso tudo interfere na interação professor-aluno, refletindo no processo de ensino-aprendizagem. Não obstante, o professor precisa acreditar no aprendiz, estabelecendo assim um vínculo positivo na facilitação e não proliferação de saberes conceituais, atitudinais e procedimentais.

Por esse ângulo, cabe ao docente criar condições e estratégias para a sua motivação. Por isso, as formações continuadas para os educadores deviam ocorrer periodicamente, despertando a postura de cidadãos críticos, reflexivos e transformadores, capazes de pensar sobre suas ações, com intenção de produzir saberes que lhes propiciem avançar em práticas pedagógicas significativas e de extrema relevância para atender as demandas da sociedade.

Quando nos referimos às formações continuadas, falamos de algo que tenha uma intencionalidade voltada ao fim a que se destina, pois cremos que a insatisfação por parte do educador, quando se refere a estas formações, se dar por conta da falta de adequação para a EJA, haja vista que ainda se tem a ideia de que trabalhar com esse público é algo semelhante a outras modalidades de ensino. Entretanto, é um equívoco, pois são situações bem diferentes, por isso as formações continuadas para professores da EJA também devem ser diferenciadas.

À vista disso, o profissional da educação requer formação para compreender a diversidade e cidadania dos sujeitos da EJA, levando em conta a aplicabilidade de diversas metodologias em sala de aula e aperfeiçoamento de suas técnicas pedagógicas, possibilitando assim, a permanência do aluno na escola, criando um ambiente significativo, que o faça analisar de forma crítica os fatos abordados em sala de aula e no seu meio social. Para tanto, é preciso que os professores estejam dispostos a criar condições, através de sua metodologia, para que seu trabalho abarque este público de forma a envolvê-los e possibilite a permanência no ambiente escolar, mesmo diante de tantas lutas travadas por este aluno que durante seu dia, desdobra-se trabalhando e ainda encontra energia para estudar (SILVA, 2015).

É inconteste que para a realização de um bom trabalho, é necessário apoio e recursos. Isto dito, no Brasil as leis são muito bonitas no papel, contudo em sua prática deixam muito a desejar, constituindo o que O'Donnell (2010) chamou de legalidade truncada (aquilo que está posto no papel, mas não ganhou corpo por meio de investimento financeiro). Mesmo diante desses reveses e de questões que nos desmotivam, devemos ter uma prática pedagógica engendrada em muita coragem e dedicação.

O docente quando se depara com a EJA, também se depara com a vida/história de cada um de seus educandos, sendo neste ponto que se torna fundamental usar dos aprendizados teóricos recebidos nas formações e exemplificar através dos relatos feitos pelos seus educandos de suas histórias de vida. Por conseguinte, entendemos que viver a diversidade que compõe a EJA, diz respeito ao entendimento que cada um carrega em sua história de vida e as suas particularidades, fazendo uso destas nos momentos oportunos na sala de aula.

Urge que a formação do professor seja contínua, para que a prática educacional possa ser pautada na diversidade e também na cidadania. Assim, nota-se a importância do desenvolvimento docente para contribuição significativa para com o público-alvo da EJA, buscando diversas possibilidades e objetivos cotejados com a escola regular. Portanto, a construção da formação visa sua transformação social, considerando suas particularidades e experiências pessoais a fim de contribuir na formação integral do docente, seja no contexto educacional e/ou social (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2021).

À rigor, os autores sustentam que ainda são inúmeras as dificuldades e desafios em atingir os objetivos educacionais de trabalhar com princípios de diversidade em sala de aula, principalmente na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, a formação e a atualização tornam-se fatores primordiais para o desenvolvimento

da função docente, a fim de que o(a) professor(a) - mesmo tendo tido sua formação baseada num cenário de compartimentalização de saberes – aproprie-se dos conceitos de diversidade, traçando estratégias que permitam a reflexão e a ação consciente por parte dos alunos, para que percebam que os assuntos tratados interrelacionam-se, fazendo parte de um universo bem maior e mais complexo, ao qual pertencem.

Conforme Luz e Machado (2019), ao educador é imprescindível a formação continuada nas mais variadas áreas da educação, posto que na atualidade, o professor fomenta a mediação no ambiente escolar e cria possibilidades para as novas aprendizagens, imergindo as questões ligadas às diversidades no contexto escolar. Por esse ângulo, admitimos que os cursos de formação continuada são estratégias e recursos indeclináveis para criar um diálogo entre teoria e prática. Portanto, o embasamento teórico-metodológico é condição *sine qua non* para fomentar discussões entre os estudantes e assim trabalhar de uma maneira plural em sala de aula, considerando que todos estão sempre aprendendo sobre os mais variados temas.

A EJA também está carregada de estigmas, posto que é visível o interesse de gestores na abertura de turmas nessa modalidade, no horário noturno, acreditando em um formato que necessite de reduzidos custos, menos trabalho, além de lotação de professores para complementar suas cargas horárias. Aliás, esta questão referente ao recebimento dos rendimentos do professor, a qual deve ser mediante carga horária, assim como de não ter uma cátedra, uma escola que possa se imiscuir na comunidade escolar e circunvizinhança é uma das chagas de nosso sistema de ensino.

À face do exposto, para termos uma prática docente que seja voltada à cidadania e à diversidade, devemos saber lidar com as diferenças de raça, gênero, classe social, faixa etária e outras variáveis, acreditando no aluno como um cidadão e sujeito atuante na sociedade e na escola.

Hodiernamente, temos a possibilidade de preencher as lacunas deixadas pela graduação acerca de saberes sobre EJA, pois com a formação continuada (cursos de extensão, aperfeiçoamentos e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*) podemos ampliar de forma holística, nossa visão de mundo, juntamente com o nosso aprendiz, ajudando-o a aumentar o seu próprio leque de conhecimentos, levando-o a exercer seus direitos e deveres, fazendo com que este aluno busque melhores condições de vida e cidadania.

Acreditamos copiosamente que os profissionais da educação precisam estar em constante aperfeiçoamento, para que a prática docente, assim como o processo de ensino-aprendizagem, seja eficaz. Compreende-se que para isso o profissional da educação terá

que buscar embasamentos teóricos para aperfeiçoar-se continuamente e assim contribuir com os demais profissionais para uma melhor compreensão do trabalho coletivo em todos os aspectos, sobretudo com alunos do EJA, que são alunos que possuem singularidades em relação ao ensino com turmas regulares.

No que se refere ao preparo dos docentes, a formação continuada vai possibilitar o conhecimento das diversidades, ou seja, dará uma base teórica das possíveis vivências, anseios e núcleo social a qual os educandos estão inseridos, uma vez que essa preparação aumenta o repertório do docente para as futuras práticas. Desta maneira, o professor precisa de autonomia e iniciativa na busca de organizar seus aportes teóricos, tendo em mente que o primeiro contato com os alunos poderá redirecionar ou confirmar as metodologias adotadas por ele.

CAPÍTULO 5

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grosso modo, A EJA é ofertada de forma gratuita aos cidadãos brasileiros que não tiveram o acesso ou continuidade na idade própria, resgatando o direito à escolarização ao ampliar a oferta de acesso e permanência dos menos favorecidos, promovendo aprendizagens permanentes e tornando-se um potencial de educação inclusiva e compensatória das camadas populares.

Nesse extrato, apesar de um maior reconhecimento da EJA na contemporaneidade, ainda prevalecem velhos ranços de desvalorização e estigmas a este formato educacional no "chão" de muitas escolas, quando cotejam esta modalidade ao ensino regular. Por conseguinte, essas concepções retrógradas mostram-se no pífio quantitativo de alunos matriculados; alto número de evasões; defasados quadros docentes ou, até mesmo com professores não habilitados na disciplina que lecionam, entre outros aspectos. Nesses termos, nada substitui a experiência de quem já ministrou aula ou estudou neste modelo educacional, sentindo na pele o descaso com essa especificidade de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, continuamos acreditando na educação pública e fazendo o nosso melhor para alcançar a qualidade tão almejada em todas as modalidades que atravessam o processo de ensino-aprendizagem.

Contemplamos a EJA na pluralidade de seus circuitos de avanços, retrocessos e ajustes. Daí, longe de se constituir uma modalidade inclusiva de fato, visto que faltam muitos reajustes nas concepções de aquisição de saberes e sobretudo carece de um olhar diferenciado que conceba a heterogeneidade do seu público-alvo frente às necessidades dos sujeitos aprendizes.

A melhoria do sistema educacional é uma problemática constante em nosso país, e mesmo buscando a melhoria nos diversos níveis de ensino brasileiro, fica evidente que tais esforços têm sido insuficientes, principalmente por falta de suporte governamental, na verdade o governo até incentiva a formulação de projetos e propostas, mas não dá suporte, principalmente, financeiro para sua total execução. Por isso é de suma importância que todos tenham conhecimento sobre as ações e políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, desta forma a universalização do acesso e a permanência será bem-sucedida superando a desigualdade educacional, social e econômica no país.

Contemporaneamente, mesmo a EJA tendo sofrido alguns avanços no âmbito legal, ainda não foi possível erradicar o analfabetismo no Brasil, visto que carecemos de um conjunto de práticas pedagógicas calcados nas singularidades de jovens e adultos, visando preencher as lacunas deixadas pela inexistência do ensino regular a esses sujeitos.

POSFÁCIO

O Caderno Didático da Disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do curso de Pedagogia da Primus, utilizando tintas fortes teve a pretensão de descortinar os matizes dessa modalidade como uma estratégia de cunho público para usufruto de jovens e adultos ao ensino fundamental e médio.

Por conseguinte, fizemos um breve percurso investigativo- acadêmico, desde as primeiras manifestações históricas, passando pelo ordenamento jurídico que sustentou e solidificou esse ramo educacional. Em síntese, este material buscou desvelar que o público que compõe a EJA é caracterizado, *a priori*, pela falta de oportunidade de poder concluir os estudos na idade recomendada, havendo uma multiplicidade de fatores que interferem no exercício do direito à educação desses indivíduos, uma vez que como prioridade tiveram e têm que trabalhar para sobreviver.

À rigor, retratamos a importância do/a educador/a da EJA no processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos, que ocupam esses espaços educativos, bem como delineados possíveis motivações para evasão escolar dessa fração de alunos. Nessa perspectiva, a EJA propicia o direito ao conhecimento, pelo qual, essas pessoas por algum motivo, foram interrompidas durante seu processo de formação na idade correta.

Cristiane Simões Oliveira
Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (UFAL)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: encurtador.com.br/qrS27. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: encurtador.com.br/lqHK8. Acesso em: 30 mar. 2022.

BONFIM, M. I.; RUMMERT, S. M **Educação de jovens e adultos da classe trabalhadora brasileira: novos projetos e antigas disputas**, Editora CRV: São Paulo, 2020.

CASTRO, F.S. **A Educação de Jovens e Adultos em Teresina (PI):** contradições entre a proclamação do direito e a efetivação da oferta. 142 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, 2020.

CAPUCHO, V. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2016.

O'DONNELL, G. **Democracia, agencia y estado: teoría con intención comparativa**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021

LUZ, V. S., & MACHADO, C. C. Saberes e Fazeres da Formação Continuada: discursos dos professores de Matemática que atuam na Educação de Jovens e Adultos. **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, 5(4), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1335>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES. R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

SILVA, S. C. G. C. **Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Cidadania**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho, 2015.

SANTOS, M. F. M. A. **Estratégias Político-Didático-Pedagógicas para EJA**. Porto Velho: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho 2015.

RIBEIRO, R. A.; GUIMARÃES, S. S. M. Lembranças freirianas: reflexões docentes para pensar a formação de professores na Educação de Jovens e Adultos. **Revista de Iniciação à Docência**, 6(2), 583-602, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/riduesb.v6i2.9283>. Acesso em: 26 mar. 2022.

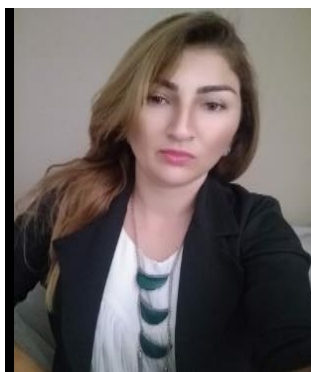
SOBRE OS AUTORES

AILTON BATISTA DE ALBUQUERQUE JUNIOR



Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). Especialização em Gestão Escolar (FVJ); Educação a Distância (UCAM); Educação Inclusiva (FESL); Gestão Pública (UNILAB); Gênero e Diversidade na Escola (UFC); Psicopedagogia (UCAM); Neuropsicopedagogia (FLATED); Educação Infantil (FLATED); Serviço Social e Políticas Públicas (INTERVALE); Serviço Social Organizacional (INTERVALE); Metodologia da Língua Portuguesa (INTERVALE); Docência na Educação Básica (IFMG); Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB), Gestão Empresarial (Intervale), Educação de Jovens e Adultos (IFRO) e Metodologia da Educação a Distância (Intervale). Graduação em Pedagogia (UECE); Letras Português-Inglês (FGD); Letras Português-Espanhol (FGD) e Serviço Social (UNIP). Professor universitário com experiência nos cursos de Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia (Primus); Educação Inclusiva e Educação Infantil (FASEC) e Pedagogia e Tecnologia em Recursos Humanos (IVA). Atua na Educação Básica como docente concursado na EJA e Educação Infantil. Executa atividades de assessoria acadêmica para graduandos e pós-graduandos lato e stricto sensu. E-mail: pedagogo.uece@hotmail.com. Endereço para acessar Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4472063040972745>

EDITE BATISTA DE ALBUQUERQUE



Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos (FAK). Especialista em Direito Administrativo e Econômico (INTERVALE); Graduada em Direito (UNIFIC); Pós-graduanda em Direito Público (LEGALE). Atua como Policial Penal nos espaços penais sob crivo da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Estado do Ceará. Endereço para acessar Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0749969506040595>

ISBN 978-655376062-2



9

786553

760622